

Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro, 1970-1983

JORGE JATOBÁ(*)

Resumo

O trabalho analisa as relações entre pobreza urbana e mercado de trabalho nos anos setenta e, principalmente, no período 1981-1983. Neste último, a análise centra-se nos ajustes ocorridos nos mercados de trabalho urbanos do Nordeste e do Sudeste, em consequência da recessão, e como estes geraram um maior empobrecimento da força de trabalho.

As principais conclusões são que: (i) o emprego de baixa remuneração foi quase que exclusivamente a única fonte de crescimento do emprego urbano; (ii) os trabalhadores pobres aumentaram, durante a recessão, a sua importância relativa no mercado formal de trabalho; (iii) houve uma rápida deterioração da renda do segmento assalariado urbano, especialmente no Sudeste; (iv) a informalização do emprego urbano foi geral, embora mais acentuada no Sudeste e (v) o desemprego aberto cresceu rapidamente sobretudo entre os jovens, adultos de meia-idade e chefes de família, tendo sido a sua incidência maior no Sudeste do que no Nordeste.

Abstract

This paper analyses the relationships between urban poverty and labor markets during the seventies and, specially, amid the recession of 1981-1983. In the latter, the analysis emphasizes the labor market adjustments presented by the Northeast and by the Southeast, as a result of the recession, and how they contributed to increase poverty.

The major conclusions are that: (i) the growth of bad (paying less than a minimum wage) jobs accounted for almost the totality of employment growth; (ii) poor workers tended to concentrate more than before on formal labor markets; (iii) there was a rapid deterioration of real labor income, specially among wage earners; (iv) there was an increasing informalization of labor markets, particularly in the Southeast and (v) open unemployment grew rapidly, distinctively among the youth, mid-aged workers and family heads and it was much more pronounced in the Southeast than in the Northeast.

O autor é Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco.

(*) Este artigo é uma versão resumida e modificada de um trabalho realizado pelo autor sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho – OIT (JATOBÁ, 1986). Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no XIV Encontro da ANPEC realizado em Brasília entre 9 e 11 de dezembro de 1986.

Esta versão beneficiou-se dos comentários realizados pelo Prof. Paulo Baltar naquela ocasião. O autor agradece também as críticas e sugestões de pareceristas da **Estudos Econômicos**.

Introdução

As relações entre pobreza urbana e mercado de trabalho que se estabelecem tanto no curso do desenvolvimento econômico quanto ao longo do ciclo recessivo é o tema deste trabalho. Objetiva-se, através da análise dos mecanismos e dos ajustes operados pelos mercados de trabalho, relevar alguns determinantes da pobreza urbana e fatores associados. Um melhor entendimento dessas relações geraria elementos úteis para a formulação de Políticas Sociais.

O texto enfatiza os ajustes ocorridos nos mercados de trabalho urbanos do Sudeste e do Nordeste e sua relação com o empobrecimento da força de trabalho em decorrência da recessão do período 1981-1983. Os dados provêm de tabulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), gentilmente cedidos pelo Projeto BRA/82/026 (MTb/SES e OIT/PNUD). A primeira parte do artigo, todavia, relewa a experiência da década dos setenta no que diz respeito às relações entre pobreza urbana, crescimento econômico e emprego. A análise dessas relações para um período mais longo onde, apesar da recorrência da inflação e dos estrangulamentos cambiais, o crescimento econômico foi inequívoco, permite o contraste com a experiência do início da década dos oitenta quando a economia brasileira experimentou a mais severa recessão de sua história moderna. Para o período 1970-80, far-se-á uso da evidência gerada por outros e de dados secundários.

1. Crescimento Econômico, Emprego e Pobreza Urbana: A Experiência do Período 1970-1980

A evidência acumulada para a década dos setenta indica uma diminuição da pobreza absoluta (medida pela renda mensal familiar *per capita* abaixo de 1/4 do maior salário mínimo) nas cidades brasileiras. Apesar do declínio no nível da pobreza absoluta, a distribuição regional daqueles que permaneceram pobres tornou-se mais desigual (PASTORE *et alii*, 1983). De fato, em 1980, o Nordeste detinha maior percentagem das famílias pobres brasileiras do que em 1970, apesar de haver menos famílias pobres na região naquele ano em comparação com o início da década dos setenta.

Todavia, a desigualdade de renda entre **pessoas** economicamente ativas aumentou no Brasil e suas regiões durante a década passada. Entre as **famílias**, contudo, houve uma diminuição da desigualdade para o Brasil e Sudeste e um aumento para o Nordeste (HOFFMANN, 1984, tabs. 3.3 e 4.4). Ademais, em 1980, a desigualdade entre as famílias urbanas foi maior do que entre as rurais (HOFFMANN, 1984, tab. 3.3).

A redução nos níveis de pobreza absoluta em áreas urbanas foi simultânea a um notável crescimento do emprego não agrícola, liderado pela expansão do produto manufatureiro tanto no Sudeste quanto no Nordeste⁽¹⁾. Embora o crescimento econômico tenha se desacelerado na segunda parte da década, a criação de empregos foi suficiente para absorver a expansão da força de trabalho. Contudo, tal expansão não alterou a importância relativa dos segmentos formal e informal na composição dos mercados de trabalho urbanos. Por conseguinte, a expansão do número de empregos no segmento formal do mercado de trabalho, apesar de rápida, não foi suficiente para absorver o aumento absoluto da força de trabalho urbana. Em consequência, os trabalhadores tiveram que se ocupar nas franjas do mercado formal de trabalho. Ademais, a maioria dos trabalhadores pobres encontrava-se no segmento informal, embora uma fração não desprezível também se localizasse no segmento formal do mercado de trabalho. Do ponto de vista regional, tanto em 1970 quanto em 1980, o Nordeste deteve, em termos relativos e comparado ao Sudeste, um maior número de trabalhadores engajados no mercado informal e uma percentagem mais elevada de trabalhadores pobres abrigados neste mercado⁽²⁾ (PAIVA, 1984).

No caso do Nordeste, as mudanças na composição dos mercados de trabalho urbanos têm sido mais lentas do que no Sudeste. Infere-se que o crescimento, a ritmos semelhantes, do produto e do emprego tem impacto regional diferenciado a depender dos distintos níveis de desenvolvimento e das diferentes estruturas dos mercados de trabalho. Tal evidência constitui uma explicação plausível de porque, apesar do rápido crescimento do emprego, o Nordeste urbano não foi capaz de reduzir, em termos relativos, a sua pobreza no contexto do País como um todo.

A experiência dos anos setenta indica que o notável crescimento das oportunidades de trabalho constitui-se em um dos determinantes do declínio da

(1) Durante o período da expansão acelerada (1968-1973), há evidência de que a maior parte dos empregos criados foram bons, ou seja, pagando rendimentos superiores ao salário mínimo. Na verdade, argumenta-se que, em 1973, o Brasil já não mais se constituía em uma economia com excedente de força de trabalho, dado que a elevação dos salários reais dos trabalhadores agrícolas não qualificados conduziu a uma redução no diferencial entre o salário médio urbano e rural. Todavia, o crescimento do emprego durante o período do milagre econômico ocorreu à custa de uma crescente desigualdade em decorrência dos seguintes fatores: (i) o caráter intensivo da demanda por mão-de-obra qualificada que caracterizou o crescimento econômico do período; (ii) a manutenção do salário mínimo real a níveis muito baixos e (iii) um grande excedente de mão-de-obra não qualificada. Argumenta-se também que o lento crescimento da renda real dos trabalhadores mais pobres foi uma consequência mais do excedente de força de trabalho do que da política governamental com relação ao salário mínimo (MORLEY, 1982, p. 69).

(2) Um estudo recente calculou que o tamanho relativo do segmento informal nordestino, medido pelo número de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores domésticos não remunerados com relação à PEA urbana permaneceu inalterado durante a década dos setenta, ou seja, 27,1%, em 1970, e 26,5%, em 1980 (SOUZA & ARAÚJO, 1984, p. 62).

pobreza absoluta nas cidades brasileiras. Dois outros fatores, todavia, devem ser levados em conta no conjunto de causas que, na última década, levaram muitas famílias a ultrapassarem a linha de pobreza: um foi a redução no tamanho da família e o outro um aumento nas taxas de participação dos membros da família, especialmente mulheres, no mercado de trabalho.

Contudo, muitas famílias ainda permaneceram pobres em 1980. Entre estas, os membros estavam total ou parcialmente desempregados ou a maior parte dos seus componentes era constituída por mulheres. Por conseguinte, ter todos os membros da família empregados e não ter, entre os disponíveis para o trabalho, uma maioria de mulheres foram condições importantes para romper a linha de pobreza. Todavia, algumas famílias permaneceram pobres, apesar de terem todos os membros empregados, porque só puderam se engajar no mercado de trabalho a níveis muito baixos de remuneração (PASTORE *et alii*, 1983).

O desemprego, por sua vez, ao atingir principalmente os trabalhadores das cidades, constitui-se em um importante determinante da pobreza urbana⁽³⁾. Isto assume maior significação ao se verificar que, em 1980, aproximadamente 70% da força de trabalho e das famílias estavam residindo nas cidades.

Ao nível regional, o Nordeste que, em 1980, respondia por quase 50% da pobreza urbana nacional, detinha uma proporção significativa de chefes de família engajados no mercado de trabalho na condição de trabalhadores por conta própria. Tal fato indica que a natureza da inserção do chefe de família no mercado de trabalho é uma variável relevante para explicar as interações entre mercado de trabalho e pobreza urbana⁽⁴⁾. Outras características das famílias pobres no Nordeste são: taxas de participação menores do que a média regional; famílias grandes com um maior número de dependentes (crianças e jovens) do que em famílias com uma maior renda *per capita* tanto na região quanto fora dela e baixos níveis de educação formal entre os engajados na força de trabalho, um traço fortemente associado à baixa qualificação do trabalho ofertado (CNRH, 1985). Tais evidências apontam que famílias com elevadas

(3) Uma pesquisa domiciliar realizada no início de 1980 na cidade de São Paulo evidenciou que entre os 28,3% das famílias com renda inferior a um salário mínimo se concentravam 42% dos trabalhadores desempregados (CACCIAMALI, 1985, p. 86-128).

(4) Um estudo sobre taxas de participação na força de trabalho realizado para Recife e São José dos Campos com base em dados domiciliares de meados da década dos setenta evidenciou que as famílias com chefes trabalhando por conta própria apresentaram as taxas de participação mais elevadas. Explica, ademais, que a maior taxa de participação de membros de família no mercado de trabalho do Recife, relativamente a São José dos Campos, deriva da necessidade de se compensar a baixa remuneração dos chefes de família que trabalham como autônomos naquela cidade (GARCIA *et alii*, 1983, p. 98).

taxas de dependência e cujos membros não têm nem educação formal nem treinamento têm muito mais dificuldades para romper a linha de pobreza.

A pobreza urbana do Sudeste, por sua vez, estava mais vinculada às características demográficas da família do que à qualidade da oferta de trabalho, tamanho da família ou a natureza do emprego do chefe de família. Na verdade, no Sudeste, a pobreza urbana era mais característica em famílias: (i) chefiadas por mulheres⁽⁵⁾; (ii) onde existiam mais mulheres do que homens disponíveis para o trabalho e (iii) onde as mulheres eram os únicos membros da família disponíveis para o trabalho (PASTORE *et alii*, 1983). Estes resultados colocam uma questão distinta com relação às origens da pobreza e requerem, em termos de política social, instrumentos diferentes daqueles necessários para se combater a pobreza urbana nordestina, embora estes traços fossem também encontrados entre as famílias dessa região.

Para o Brasil, como um todo, o aumento da desigualdade de renda entre as pessoas economicamente ativas urbanas (DENSLOW & TYLER, 1983, tab. 6) durante a década passada, que pode ser interpretado como um aumento da pobreza relativa, contrasta com o declínio nos níveis de pobreza absoluta⁽⁶⁾ (HOFFMANN, 1984, tab. 4.3). Os dados demonstram, ademais, que a desigualdade ampliou-se no Nordeste e reduziu-se no Sudeste para a PEA urbana (DENSLOW & TYLER, 1983, tab. 6) e para as famílias (HOFFMANN, 1984, tab. 3.3 e 4.4). A explicação para esse fenômeno reside no crescimento diferenciado da renda real dentro do Nordeste. Na verdade, o crescimento da região na década passada conduziu a um aumento da demanda por força de trabalho qualificada, levando a uma ampliação dos diferenciais de salário com relação àqueles que se situam no segmento inferior do perfil distributivo onde o trabalho não qualificado é excedente. De fato, ao longo da década passada todos os estratos de renda obtiveram ganhos reais. Todavia, a renda real das pessoas ativas e das famílias situadas no segmento superior do perfil distributivo cresceu mais rapidamente do que a das famílias e das pessoas ativas localizadas nos estratos inferiores. Portanto, embora todas as famílias tenham obti-

(5) No estudo realizado para Recife e São José dos Campos, encontrou-se que as taxas de participação das famílias chefiadas por mulheres foram mais altas do que nas chefiadas por homens. Isto resulta da necessidade de se compensar as maiores dificuldades com que se defrontam os domicílios chefiados por mulheres em comparação com aqueles chefiados por homens (GARCIA *et alii*, 1983, p. 48-51). No Recife, as taxas de participação das famílias chefiadas por mulheres, em geral, e esposas, em particular, foram mais altas do que em São José dos Campos (GARCIA *et alii*, 1983, p. 96).

(6) Um estudo sobre mobilidade social no Brasil, realizado em 1973 com base em histórias ocupacionais, evidenciou que a mobilidade vertical no Brasil tem sido substancial. Os resultados indicaram uma significativa melhoria na mobilidade inter e intrageração, propiciando à sociedade brasileira um considerável grau de abertura. De fato, o estudo relatou, por exemplo, que 41% dos filhos de pais pobres moveram-se na escala social para as classes média e alta. Este pode ter sido um mecanismo pelo qual a pobreza urbana reduziu-se (PASTORE, 1979).

do ganhos reais, aquelas localizadas no topo do perfil distributivo absorveram uma proporção bem maior do aumento geral. Em conseqüência, a pobreza absoluta reduziu-se porque muitas famílias cruzaram a linha de pobreza, embora, ao mesmo tempo, a pobreza relativa tenha aumentado. Estes fenômenos, aparentemente díspares, na verdade são consistentes. Ademais, os mercados de trabalho nordestinos são mais heterogêneos do que no Sudeste, o que conduz a diferenças mais amplas na estrutura da renda.

Com a desaceleração do crescimento econômico, na segunda parte da década, ocorreram alguns pequenos ajustes no mercado de trabalho que foram regionalmente diferenciados⁽⁷⁾. No Sudeste, um discreto aumento nas taxas de desemprego aberto foi o resultado de um crescimento econômico mais lento. No Nordeste, um ligeiro aumento do subemprego, conduzindo a uma maior segmentação dos mercados de trabalho, foi a conseqüência mais evidente da trajetória mais baixa de crescimento. Contudo, nenhum dos dois fenômenos causou maiores preocupações à sociedade dado que não ocorreram fortes demandas por políticas para abordar a questão. Na verdade, o subemprego e a segmentação já se constituíam em traços estruturais dos mercados de trabalho brasileiro enquanto o desemprego sempre tinha sido historicamente baixo. Portanto, não havia choques no mercado de trabalho capazes de gerar maiores preocupações.

2. Mercado de Trabalho e Crise: Ajustes em Face da Recessão do Período 1981-1983

Em 1979, o País defrontava-se com o segundo choque do petróleo, um crescente endividamento externo e a elevação das taxas de juros nos países credores. Simultaneamente, o Nordeste enfrentava o primeiro ano de uma seca prolongada. Dois anos mais tarde, o problema cambial assumiu a dimensão de crise, atingindo o núcleo da economia brasileira localizado no Sudeste, enquanto a continuação da seca provocava sérios retrocessos no crescimento econômico nordestino. Em conseqüência, o País mergulhou numa recessão, na qual o pior momento ocorreu em 1983. Os dados disponíveis mostram que o resultado da crise econômica foi um aumento da pobreza absoluta e relativa

(7) Argumenta-se que o período pós-milagre foi relativamente favorável para os pobres dado que a renda real do segmento inferior da pirâmide de renda aumentou, reduzindo a fração da força de trabalho recebendo menos de um salário mínimo. Ademais, apesar do crescimento mais lento, um aumento na intensidade do trabalho em áreas urbanas somado a condições mais favoráveis para a agricultura evitou o ressurgimento de excedentes de força de trabalho (MORLEY, 1982, p. 280-284). Todavia, não se deve esquecer que os ganhos reais de renda obtidos pelos mais pobres não foram suficientes para reverter a tendência a maior desigualdade na distribuição pessoal de renda, uma característica do desenvolvimento brasileiro desde os anos sessenta.

TABELA 1
TAXAS DE CRESCIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO URBANA, DO
EMPREGO E DO DESEMPREGO
1981-1983

Especificação	Brasil	Sudeste	Nordeste
I – Força de Trabalho Urbana Não Agrícola ^(a)	3,80	3,27	5,40
II – Emprego Urbano Não Agrícola	3,41	2,00	5,18
A – Formal	1,60	–0,23	2,32
B – Informal	7,03	7,39	8,20
III – Desemprego Urbano Não Agrícola	10,15	9,93	8,17
IV – Emprego de Baixa Renda Urbano Não Agrícola	11,09	12,20	11,22
A – Formal	19,95	23,70	13,20
B – Informal	8,48	8,72	10,70

Nota: (a) Dez anos e mais.

Fonte: PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026).

em todo o País, com os aumentos mais notáveis evidenciando-se, mais um vez, no Nordeste. De fato, Osório *et alli* (1984, tab. 2.12) evidenciou um aumento do coeficiente de Gini, calculado com base na distribuição pessoal de renda, de 0,579 para 0,597 para o Brasil e de 0,572 para 0,601 para o Nordeste, entre os anos de 1981 e 1983. Para o Sudeste, a desigualdade também ampliou-se (de 0,567 para 0,581), embora tal aumento tenha sido inferior ao do Nordeste. Os mesmos autores demonstram inequívoco aumento da pobreza absoluta, entre 1981 e 1983, para as duas macrorregiões e para o Brasil como um todo. Todavia, Hoffmann (1985), analisando a distribuição de renda entre as famílias encontrou estabilidade da desigualdade com um aumento da pobreza no período 1980-1983.

Dado este cenário, analisar-se-á como a recessão empobreceu a população através dos mecanismos transmitidos pelos mercados de trabalho. Durante o período 1981-1983, e distintamente do que ocorreu na década anterior, o emprego urbano não agrícola cresceu menos rapidamente do que a força de trabalho (tabela 1) que, por sua vez, expandiu-se mais lentamente do que nos anos setenta. Entretanto, as taxas de participação no mercado de trabalho urbano elevaram-se, especialmente as das mulheres. Como conseqüência do diferencial entre o crescimento da força de trabalho e das oportunidades de em-

prego, o desemprego tanto aberto quanto oculto aumentou de forma generalizada.

Ao nível regional, todavia, a força de trabalho urbana cresceu mais rapidamente no Nordeste do que no resto do País, devido a uma combinação de fatores dentre os quais se destacam: (1) a pobreza rural, como um fenômeno estrutural, conduzindo a uma migração intra-regional com destino às cidades e (2) a seca que agravou a pobreza rural. Um terceiro fator que pode ter enviesado os dados foi a classificação dos trabalhadores rurais engajados nos programas emergenciais de emprego como trabalhadores urbanos da construção civil. Em adição a estes fatores, algumas transformações no meio rural nordestino têm acelerado a expulsão de mão-de-obra do campo, associando-se como fatores causais da migração campo-cidade aos decorrentes da estrutura fundiária e da fragilidade da economia semi-árida em face das secas. Uma destas transformações ocorre na Zona da Mata e refere-se à crescente proletarização do trabalhador, sobretudo em atividades como a canavieira, onde o trabalho familiar em pequenas propriedades foi destruído para dar espaço às culturas comerciais como a da cana-de-açúcar (LACERDA DE MELO, 1976a). Uma segunda transformação ocorre na área semi-árida do Agreste onde a pecuária ocupa espaço das lavouras num balanço claramente desfavorável ao emprego (LACERDA DE MELO, 1976b). A terceira diz respeito à modernização gerada pela agroindústria que retirou a capacidade de gerar valor agregado e emprego nas próprias unidades rurais (SINGER, 1979).

Apesar da recessão, o emprego urbano não agrícola continuou crescendo (tabela 1). Contudo, uma análise mais detida revela que tal crescimento ocorreu principalmente nas ocupações de baixa remuneração (tabelas 1 e 2). Na verdade, os trabalhadores pobres, entendidos como aqueles recebendo um salário mínimo ou menos, responderam por 99% e 142% do crescimento do emprego no Nordeste e no Sudeste, respectivamente⁽⁸⁾. Nessa última região, tal crescimento mais do que compensou o declínio no número absoluto de trabalhadores relativamente mais bem pagos, isto é, recebendo mais de um salário mínimo (tabela 2). Portanto, evidencia-se que tanto a entrada quanto a reentrada no mercado de trabalho urbano ocorreu a baixos níveis de remuneração. Tal evidência constitui um bom exemplo de como o excedente de força de trabalho produzido por uma recessão é capaz de gerar pobreza. Ademais, no pe-

(8) Entre 1981 e 1983 o maior salário mínimo real do País caiu 10,6%, medido pela variação do INPC entre outubro de 1981 e setembro de 1983, meses de referência dos respectivos levantamentos das PNAD's no campo (Vide FIBGE **Anuário Estatístico do Brasil**, 1985, p. 612). Neste caso, tomando-se o salário mínimo nominal como marco de referência ocorre uma subestimação do número de pessoas que percebiam este rendimento em 1983. Ademais, aqueles trabalhadores que, em 1983, caíram na faixa de um salário mínimo ou menos, estavam na verdade ganhando menos em termos reais. Portanto, tomar o salário mínimo nominal em vez do real subestima o número de trabalhadores pobres no fim do período (1983).

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO URBANO NÃO AGRÍCOLA SEGUNDO
TRABALHADORES POBRES E NÃO POBRES
1981-1983

Especificação	Brasil			Sudeste			Nordeste		
	1981	1983	Variação Absoluta	1981	1983	Variação Absoluta	1981	1983	Variação Absoluta
Trabalhadores Urbanos Não Agrícolas (Milhares)	28.998	31.044	+2.046	16.520	17.194	+674	5.330	5.912	+582
Trabalhadores Pobres	7.507	9.371	+1.864	3.466	4.424	+958	2.288	2.864	+576
Trabalhadores Não Pobres	21.491	21.673	+182	13.054	12.770	-284	3.032	3.048	+16
Trabalhadores Pobres em Relação ao Total de Trabalhadores Urbanos (%)	25,9	30,2	91,1	21,0	25,7	142,0	42,9	48,4	99,0

Fonte: PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026).

ríodo 1981-1983, a percentagem de trabalhadores pobres no total do emprego urbano aumentou em todo o País de 26% para 30% (tabela 2). Durante os anos sessenta e setenta houve uma diminuição no número de trabalhadores pobres (MORLEY, 1982, p. 93 e 279). Todavia, durante a recessão, quase todos os empregos criados estavam remunerando a níveis iguais ou abaixo do salário mínimo. De fato, a tabela 2 mostra que o número de trabalhadores urbanos pobres aumentou de 7,5 para 9,4 milhões entre 1981 e 1983. Neste último ano, tal contingente respondeu por 30% do total de trabalhadores urbanos.

Ao nível regional, em 1983, os trabalhadores pobres constituíam quase a metade da força de trabalho urbana não agrícola do Nordeste (tabela 2). Este grupo, contudo, respondia por pouco menos de um terço (tabela 9) dos trabalhadores brasileiros nesta situação. Todavia, é no Sudeste que se concentra a maior parte dos trabalhadores pobres (tabela 9), embora dentro da região este grupo não tenha (25,7%) a mesma expressividade do que no Nordeste (48,4%) (tabela 2).

A análise do comportamento do emprego tomando-se a estrutura da ocupação evidencia as diferenças na composição do emprego entre as regiões. Os trabalhadores por conta própria e os domésticos não remunerados têm maior importância relativa no Nordeste do que no Sudeste, onde empregados e empregadores têm maior expressividade no contexto do emprego regional. Tal diferença reflete desigualdade no nível e na natureza do desenvolvimento capitalista entre as regiões. No Sudeste, predominam as relações de trabalho as-

salariadas dado que a maior parte da força de trabalho é constituída por trabalhadores com carteira assinada(9).

Todavia, em conseqüência da recessão, a composição do emprego urbano no Sudeste tornou-se de modo crescente similar à do Nordeste(10). Claramente, a estrutura do emprego urbano naquela região moveu-se na direção de mercados de trabalho menos desenvolvidos, ou seja, mercados com menor importância relativa de trabalhadores com carteira assinada e um maior peso de autônomos, trabalhadores domésticos não remunerados e trabalhadores em emprego sem carteira assinada. Estes últimos concentram a maior parte dos trabalhadores pobres. Por conseguinte, essa mudança na estrutura do emprego reflete um empobrecimento da força de trabalho ocupada no Sudeste (11). Ademais, durante a recessão a percentagem de trabalhadores pobres abrigados entre os assalariados com carteira aumentou em ambas as regiões. De fato, o empobrecimento dos assalariados com carteira, especialmente no Sudeste, foi uma conseqüência notável da recessão (vide tabelas 3 e 4).

Os mercados de trabalho brasileiros são heterogêneos e uma das formas pela qual esta heterogeneidade se expressa é através de um significativo e diferenciado mercado informal de trabalho. A análise do setor informal exigiria, rigorosamente, uma estrutura teórica da qual se pudesse extrair um conceito, uma taxonomia e uma medida do seu tamanho. Todavia, a Teoria do Emprego não contempla satisfatoriamente esta problemática e isto se reflete sobre a base de dados que não fornece uma medida inequívoca do tamanho do setor informal, nem de sua composição que possa ser apoiada em uma sólida base teórica. Contrariamente ao que ocorre no segmento formal do mercado de tra-

(9) GARCIA *et alii* no seu estudo comparativo de taxas de participação familiar no mercado de trabalho do Recife e de São José dos Campos não só encontrou taxas mais altas de participação em Recife mas também que o maior diferencial entre essas taxas foi encontrado nas famílias chefiadas por operários. Este resultado pode ser atribuído às diferenças no grau de industrialização que estabelece uma demanda mais intensa por trabalhadores manufatureiros em São José dos Campos do que em Recife (GARCIA *et alii*, 1983, p. 94). Por conseguinte, um mercado de trabalho situado no coração de uma região já industrializada tem características distintas de um outro situado em uma região onde a industrialização ainda não alcançou maturidade.

(10) Contudo, durante os anos sessenta e setenta, este movimento foi na direção oposta, ou seja, a estrutura do emprego urbano no Nordeste estava lentamente se aproximando da prevalente no Sudeste. Na verdade, para aquela região, a fração de trabalhadores assalariados com relação ao emprego não agrícola aumentou de 62,6%, em 1960, para 68%, em 1970 e finalmente para 71%, em 1980, de acordo com dados do Censo Demográfico. Este fenômeno foi muito mais evidente na indústria e no comércio, onde se observou uma perda de importância relativa do setor informal (SOUZA em JATOBÁ, 1983, p. 241-315).

(11) Em 1980, 13,4% das famílias na cidade de São Paulo eram chefiadas por operários. Embora eles constituíssem o segundo grupo de trabalhadores em termos de tamanho, a sua participação no total da renda era de apenas 6,66% (CACCIAMALI, 1985, p. 86-128). Portanto, mesmo antes da recessão, a pobreza entre os operários de São Paulo já era substancial. Esta situação agravou-se ainda mais durante a recessão, como está sendo evidenciado neste trabalho.

TABELA 3
COMPOSIÇÃO DO EMPREGO URBANO NÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)
1981-1983

Especificação	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
Emprego Urbano Não Agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	75,9	74,9	78,2	76,7	70,0	70,2
C/Carteira	69,2	64,7	72,0	68,0	58,0	52,0
S/Carteira	30,8	35,3	28,0	32,0	42,0	48,0
Empregadores	3,2	3,4	3,7	3,9	1,8	1,7
Autônomos	19,2	19,8	16,6	17,9	26,0	25,3
Trabalhadores Domésticos Não Remunerados	1,7	1,9	1,5	1,5	2,2	2,8

Fonte: PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

TABELA 4
TRABALHADORES POBRES COM RELAÇÃO AO TOTAL DE
TRABALHADORES SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)
1981-1983

Especificação	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
Empregados	23,5	29,0	18,8	23,7	41,5	48,8
C/Carteira	11,0	16,3	8,5	13,9	22,2	28,4
S/Carteira	51,4	52,2	45,0	44,7	68,2	70,8
Empregadores	0,6	1,4	0,5	1,7	0,6	1,0
Autônomos	31,9	31,8	28,7	30,1	43,5	43,9
Trabalhadores Domésticos Não Remunerados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

balho para o qual foram elaboradas teorias de origem neoclássica, keynesiana e pós-keynesiana (McNULTY, 1980; CAIN, 1976; MARSHALL, KING & BRIGGS, 1980) que se propõem a explicar a determinação do nível de emprego e salário, no segmento informal ainda não existe um campo de conhecimento bem definido que apreendendo a pluralidade de seus componentes e a racionalidade do seu funcionamento, oferecesse semelhante respaldo teórico. Existe, contudo, uma ampla literatura sobre o tema que interpreta a natureza do setor informal e suas relações de complementaridade ou subordinação com o segmento formal (ILO, 1972; TOKMAN, 1978; CUNHA, 1979) bem como uma vasta bibliografia empírica que tenta apreender o tamanho, as características e a dinâmica desse segmento (TOKMAN, 1986). À parte as questões teóricas e metodológicas relativas ao setor informal que não constituem preocupação central deste texto, adotar-se-á um conceito operacional do setor informal que permite uma medida do seu tamanho com base nos dados disponíveis. O conceito operacional adotado obedece a critérios que envolvem posição na ocupação, nível de renda e ramo de atividade, ou seja⁽¹²⁾:

A. Setor Formal

- (i) empregados com carteira de trabalho assinada;
- (ii) empregados sem carteira de trabalho assinada recebendo mais de dois salários mínimos mensais;
- (iii) empregadores com renda média mensal superior a cinco salários mínimos;
- (iv) autônomos ganhando mais de dois salários por mês;
- (v) empregados públicos.

B. Setor Informal

- (i) empregados sem carteira ganhando igual ou menos de dois salários mínimos mensais;
- (ii) empregadores ganhando igual ou menos do que cinco salários mínimos mensais;
- (iii) autônomos com uma renda média mensal igual ou inferior a dois salários mínimos;
- (iv) trabalhadores familiares não remunerados;
- (v) trabalhadores domésticos remunerados.

A tabela 5 evidencia que de acordo com esta conceituação, em 1983, no Sudeste e no Nordeste o setor informal abrigava 31% e 50% dos trabalhadores

(12) A mesma conceituação operacional do setor informal foi utilizada por INFANTE (1985). Os limites de renda utilizados nesta conceituação foram inspirados em SOUZA (1981) e MELLO e SOUZA (1982). Observe-se que os cortes de renda adotados têm o viés de alocar os trabalhadores sem carteira e os autônomos com renda abaixo de dois salários mínimos no setor informal.

TABELA 5
SEGMENTAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO URBANOS E TAXAS
DE DESEMPREGO (%)
1981-1983

Especificação	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
I – Composição do Mercado de Trabalho						
A – Formal	67,9	65,5	72,3	69,1	52,8	49,9
B – Informal	32,1	34,5	27,7	30,9	47,2	50,1
II – Taxa de Desemprego Urbano	6,1	6,9	6,4	7,4	6,5	6,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

urbanos, respectivamente. Durante o período 1981-1983, o crescimento médio anual do emprego informal no Sudeste foi de 7,4% enquanto o emprego formal diminuiu em termos absolutos (tabela 1). Por isto, nesta região, o crescimento do número de trabalhadores informais respondeu por 108% do crescimento do emprego urbano. Para o Nordeste, o emprego informal cresceu à taxa de 8,2% a.a. e 77% do crescimento do emprego urbano ocorreu nos mercados informais de trabalho (tabela 1). Portanto, uma maior “informalização” dos mercados de trabalho urbanos foi uma característica também marcante do impacto da recessão. De fato, em 1981, 27,2% e 47% dos trabalhadores urbanos do Sudeste e do Nordeste, respectivamente, estavam engajados nesses mercados. Em 1983, estas participações tinham se elevado, respectivamente, para 31% e 50% (tabela 5). Ademais, quase metade do mercado informal brasileiro está localizada no Sudeste (49,6% em 1983), embora este responda, dentro da região, por pouco menos de um terço (30,9%) do emprego urbano⁽¹³⁾ (tabelas 6 e 5, respectivamente).

Por conseguinte, o Brasil experimentou uma maior informalização dos seus mercados de trabalho urbanos como resultado da recessão⁽¹⁴⁾. Resultou

(13) Alguns estudos têm demonstrado que a “informalização” em um Estado como São Paulo é concentrada no setor de serviços enquanto que no Nordeste a sua presença é mais disseminada do ponto de vista setorial (SOUZA em JATOBÁ, 1983, p. 299).

(14) Esta conclusão contrasta com outra obtida em um estudo realizado por CACCIAMALI onde ela tenta demonstrar que a informalização medida pela proporção de autônomos com relação ao ta-

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO REGIONAL NOS MERCADOS DE TRABALHO
1981-1983

Especificação	Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983
I – Força de Trabalho Urbana Não Agrícola	57,2	56,6	18,4	19,0
II – Emprego Urbano Não Agrícola	56,9	55,2	18,4	19,0
A – Formal	60,6	58,4	14,3	14,5
B – Informal	49,2	49,6	23,5	27,6
III – Desemprego Urbano Não Agrícola	60,6	60,3	19,7	19,0

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026).

que a modernização, em termos capitalistas, dos mercados de trabalho brasileiros não só estagnou como apresentou retrocesso.

Como o empobrecimento e a informalização foram dois traços evidentes dos ajustes gerados pelos mercados de trabalho durante a recessão, infere-se que deve haver uma associação entre emprego informal e pobreza ou, em termos mais gerais, entre segmentação e pobreza urbana⁽¹⁵⁾. De fato, a frequência relativa de trabalhadores pobres é maior no mercado informal do que no formal (tabela 7). Contudo, esta importância relativa diminuiu durante a recessão. Em 1981, quatro em cada cinco trabalhadores pobres encontravam-se no

... manho da força de trabalho urbana não é muito sensível a variações do PIB. Ademais, ela argumenta que durante o período recessivo de 1981-1983, a taxa de informalização aumentou num ritmo mais lento do que a taxa de desemprego aberto até mesmo para a região Nordeste. O argumento é que tal fenômeno resulta de "barreiras à entrada" que, no curto prazo, diminui a capacidade do setor informal absorver trabalhadores deslocados do setor formal em consequência da recessão (CACCIAMALI, 1985, p. 129-164). Contudo, outros estudos chegaram às mesmas conclusões do nosso. De fato, SOUZA e ARAÚJO evidenciaram, baseados em dados da previdência social relativos a 1982, que a informalização como resultado da recessão foi um traço marcante dos mercados urbanos tanto no Nordeste quanto no Sudeste (SOUZA & ARAÚJO, 1984, p. 66-73).

(15) Recorde-se que os trabalhadores pobres foram conceituados como aqueles que recebem um salário mínimo ou menos. Como um dos critérios de alocação de trabalhadores no setor informal foi o nível de renda (igual ou menos de dois salários mínimos para trabalhadores sem carteira e autônomos e igual ou menos de cinco mínimos para empregadores), há um claro viés no conceito operacional usado de colocar os trabalhadores pobres dentro do setor informal. Todavia, nem todos os trabalhadores do setor informal são pobres e como ver-se-á no texto há muitos pobres que também estão no segmento formal. O leitor deve ficar atento para este viés durante a análise desenvolvida no texto.

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES POBRES POR
SEGMENTOS DE MERCADO DE TRABALHO
1981-1983

Segmentos	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
Formal	20,8	24,8	20,7	26,0	20,7	21,5
Informal	79,2	75,2	79,3	74,0	79,3	78,5

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

mercado informal. Em 1983, esta proporção diminuiu para três em cada quatro (tabela 7)⁽¹⁶⁾. A pobreza, portanto, não se restringe ao mercado informal tanto que, em 1983, um em cada quatro trabalhadores pobres localizava-se no setor formal, uma proporção maior do que em 1981 (um quinto).

Portanto, a recessão alterou a distribuição dos trabalhadores pobres entre os dois mercados de trabalho, aumentando a sua frequência relativa no formal e diminuindo-a no mercado informal (tabela 7). Este fenômeno ocorreu quase que exclusivamente no Sudeste, já que as proporções para o caso do Nordeste não sofreram mudanças significativas (tabela 7). Na verdade, a tabela 8 evidencia que, no Sudeste, o aumento do emprego formal de baixa remuneração como uma fração do emprego urbano formal constitui quase que exclusivamente a única explicação para o aumento dos trabalhadores pobres com relação ao emprego urbano não agrícola de 21,0%, em 1981, para 25,7%, em 1983 (tabela 8). De fato, nesta região o empobrecimento dos trabalhadores inseridos no mercado formal, especialmente os assalariados, foi um resultado marcante da recessão⁽¹⁷⁾.

No que diz respeito ao Nordeste, a importância relativa dos trabalhadores pobres aumentou em ambos os mercados de trabalho (tabela 8). Esta evidên-

(16) MORLEY ressalta que quando há um excesso de trabalhadores desejando assumir postos de trabalho ao nível do salário mínimo, uma recessão tende a deslocar um número crescente de trabalhadores não qualificados na direção de ocupação de baixa remuneração situadas no mercado informal (MORLEY, 1982, p. 260).

(17) CACCIAMALI destaca que no começo da recessão frações substanciais de trabalhadores e de famílias situadas no estrato inferior da distribuição de renda na cidade de São Paulo estavam engajados no mercado formal de trabalho (CACCIAMALI, 1985, p. 49-85).

TABELA 8
EMPREGO DE BAIXA REMUNERAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO
EMPREGO POR TIPO DE MERCADO DE TRABALHO (%)
1981-1983

Segmentos	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
Emprego Urbano Não Agrícola	25,9	30,2	21,0	25,7	42,9	48,4
Formal	7,9	11,4	6,0	9,7	16,8	20,9
Informal	63,9	65,7	60,0	61,6	72,2	75,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

cia, somada ao fato de que o Nordeste detém uma proporção mais alta de trabalhadores pobres em cada um dos mercados de trabalho em comparação com o Sudeste, oferece uma explicação para o fato daquela região ter registrado o maior aumento da pobreza absoluta e relativa durante a recessão, como foi evidenciado nas variações dos índices de desigualdade e de pobreza absoluta apresentados no trabalho de Osório *et alii* (1984, tab. 2.12).

Em termos de participação regional, a maioria dos trabalhadores pobres está localizada no Sudeste. Este fato é verdadeiro para ambos os mercados de trabalho (tabela 9). Ademais, durante a recessão a participação do Sudeste no total de trabalhadores pobres engajados no setor formal aumentou de 45,9% para 49,5%, enquanto o inverso (de 30,3% para 26,4%) ocorreu no Nordeste (tabela 9).

Por conseguinte, existe suficiente evidência para apoiar a hipótese de que o fenômeno da informalização está associado com a questão da pobreza. Em outras palavras, reforça-se a evidência de que os mecanismos em operação nos mercados de trabalho tendem a alocar a maioria dos trabalhadores pobres no segmento informal⁽¹⁸⁾. Contudo, há também evidência de que trabalhadores pobres são igualmente encontrados nos mercados organizados de

(18) Recorde-se que o conceito operacional de setor informal utilizado tende a alocar a maioria dos trabalhadores pobres neste setor. Contudo, a evidência internacional indica que o setor informal abriga a maioria dos pobres (TOKMAN, 1981). O fato de o setor informal concentrar majoritariamente os pobres, todavia, não é inconsistente com a evidência de que, durante a recessão, aumentou a importância relativa dos trabalhadores pobres no setor formal. Apesar do empobrecimento do setor formal durante a crise, a maioria dos pobres ainda se localiza no setor informal.

TABELA 9
PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO EMPREGO DE BAIXA REMUNERAÇÃO (%)
1981-1983

Segmentos	Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983
Emprego de Baixa Remuneração	46,1	47,2	30,4	30,5
A – Formal	45,9	49,5	30,3	26,4
B – Informal	46,2	46,4	30,5	32,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026).

trabalho, não havendo, por conseguinte, razões que justifiquem identificar todos os trabalhadores de baixa renda com o setor informal⁽¹⁹⁾. É também evidente que o maior empobrecimento dos mercados de trabalho em decorrência da recessão ocorreu dentro do setor formal do Sudeste, especialmente entre os assalariados urbanos.

O desemprego aberto é obviamente um determinante da pobreza urbana, especialmente em um país que, até recentemente, não possuía qualquer programa de seguro-desemprego nem qualquer legislação social de relevo que amparasse o trabalhador desempregado. Durante a recessão, o desemprego aberto tornou-se uma questão que mobilizou a opinião pública, especialmente no Sudeste. Esta região, em decorrência da importância de sua economia e do seu peso no mercado formal de trabalho brasileiro, foi mais sensível do que outras áreas aos efeitos da política de estabilização.

Para o Brasil como um todo, a taxa de desemprego aberto cresceu ao ritmo anual de 10,1% (tabela 1), elevando-se de 3,9% em 1979, para 5,6% em 1981, e para 6,4% em 1983 (tabela 10), quando cerca de 2,5 milhões de trabalhadores estavam desempregados nas áreas urbanas. Estas taxas foram

(19) Dados sobre o mercado formal de trabalho obtidos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o ano de 1981 indicaram que 29% e 5%, respectivamente, dos trabalhadores assalariados do Nordeste e do Estado de São Paulo ganhavam menos de um salário mínimo. Portanto, empregados remunerados abaixo do salário mínimo, embora menos frequentes em São Paulo do que no Nordeste, constituem uma característica dos mercados de trabalho organizados de ambas as áreas. Ademais, há evidência de que a renda média recebida por alguns proprietários de pequenos negócios urbanos é mais alta do que a renda média percebida por trabalhadores formais inseridos em alguns ramos do setor manufatureiro nas áreas metropolitanas do Nordeste e do Sudeste (SOUZA & ARAÚJO, 1984, p. 82).

TABELA 10
TAXAS DE DESEMPREGO URBANO E PROPORÇÃO
DE DESEMPREGADOS CHEFES DE FAMÍLIA
1981-1983

Especificação	Brasil		Sudeste		Nordeste	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
A. Taxas de Desemprego Urbano						
Total	5,6	6,4	6,1	6,9	5,7	6,2
Homens	5,7	6,6	6,2	7,2	5,9	6,3
Mulheres	5,4	5,9	6,0	6,4	5,4	5,9
B. Taxas de Desemprego Urbano de Chefes de Família (%)						
Total	0,84	1,10	1,15	1,44	0,54	0,69
Homens	1,07	1,45	1,49	1,90	0,65	0,89
Mulheres	0,34	0,39	0,44	0,51	0,29	0,26
C. Chefes de Família Desempregados em Relação ao Total de Desempregados						
Total	21,3	24,2	22,3	24,4	18,5	21,6
Homens	27,6	31,6	29,2	31,8	23,0	28,7
Mulheres	8,3	8,7	8,3	8,9	9,2	8,0

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulações Especiais (MTb/SES-BRA/82/026)

mais altas para o Sudeste do que para o País como um todo. Nesta região, elevou-se de 6,1%, em 1981, para 6,9%, em 1983, quando aproximadamente 1,4 milhão de trabalhadores encontravam-se na condição de desemprego aberto (tabela 10), volume este que representava 60% do estoque de desempregados do País. Ademais, o Sudeste também respondeu por quase 60% do aumento do número de trabalhadores desempregados durante o período 1981-1983. A taxa de desemprego aberto no Nordeste foi menor do que no Sudeste, elevando-se de 5,7%, em 1981, para 6,2%, em 1983 (tabela 10). O número de desempregados nas áreas urbanas do Nordeste alcançou 438 mil trabalhadores, quase um quinto do total do País. De fato, para o Nordeste, o desemprego cresceu menos rapidamente (8,2% por ano) em comparação com

o Sudeste ou com o País (10%) e respondeu por apenas 15,6% do aumento no número total de trabalhadores desocupados durante o período 1981-1983 (tabela 1). Portanto, evidencia-se que o desemprego aberto no Nordeste não foi tão importante quanto no Sudeste, tanto em termos relativos quanto absolutos.

Ademais, as taxas de desemprego elevaram-se tanto para homens quanto para mulheres em quase todas as faixas etárias. Todavia, estas taxas cresceram rapidamente entre os jovens onde a competição por empregos de primeira-entrada foi bastante intensa dado que a pirâmide demográfica da força de trabalho brasileira é bastante jovem. As taxas de desemprego também atingiram duramente aqueles trabalhadores com idades entre 25 e 49 anos, a maioria dos quais já tinham sido empregados e tinham famílias⁽²⁰⁾. De fato, as taxas de desemprego de chefes de família e a proporção de chefes de família desempregados no total de desempregados aumentou, particularmente entre os homens, durante a recessão em todo o País. Contudo, esta última proporção foi significativamente mais alta no Sudeste do que no Nordeste (tabela 10). Os custos sociais do desemprego aumentam rapidamente quando chefes de família tornam-se desempregados dado que as famílias perdem, em geral, a mais importante fonte de renda. Nesta situação, o desemprego torna-se uma importante causa de pobreza.

Sumário e Conclusão

A experiência dos anos setenta indicou, para a sociedade brasileira, um bom desempenho do mercado de trabalho em termos de geração de empregos e uma diminuição da pobreza absoluta. Todavia, as desigualdades de renda pessoal se acentuaram, reiterando a característica de crescimento com desigualdade tão marcante do desenvolvimento brasileiro desde pelo menos os anos sessenta. Nesse contexto, o nível e os aumentos na desigualdade têm sido maiores no Nordeste.

As desigualdades pessoais de renda tanto aumentaram durante o período de prosperidade da década dos sessenta e setenta quanto durante a fase recessiva do início dos anos oitenta. Nesta última fase o aumento da desigualdade de renda fez-se acompanhar de uma elevação nos níveis de pobreza absoluta. Tiveram um papel destacado como determinantes do aumento da pobreza absoluta e relativa a deterioração da renda assalariada dentro do mercado formal urbano, a informalização do emprego nas cidades e a elevação do desemprego aberto.

(20) Para maiores detalhes sobre este tema, consulte o trabalho do autor do qual este artigo é uma versão resumida e modificada (JATOBÁ, 1986, p. 61-71).

Na verdade, durante o período 1981-1983, pode-se identificar cinco grandes características nos ajustes dos mercados de trabalho urbanos que estão associadas ao empobrecimento da força de trabalho, quais sejam:

- (1) O emprego de baixa remuneração foi quase que exclusivamente a única fonte de crescimento do emprego urbano;
- (2) Os trabalhadores pobres aumentaram, durante a recessão, a sua importância relativa no mercado formal de trabalho;
- (3) Houve uma rápida deterioração da renda do setor formal do mercado de trabalho, especialmente dentro do segmento assalariado urbano do Sudeste;
- (4) A informalização do emprego urbano foi geral, embora mais acentuada no Sudeste e
- (5) O desemprego aberto cresceu rapidamente, liderado pelas taxas de desemprego dos jovens e dos adultos de meia-idade chefes de família, sendo a sua incidência maior no Sudeste do que no Nordeste.

Tais evidências são consistentes com o aumento nos níveis de pobreza absoluta e relativa observados para o País e suas principais regiões durante o ciclo recessivo de 1981-1983.

Referências Bibliográficas

- APPELBAUM, Eileen. The Labor Market in Post-Keynesian Theory. In: PIORE, Michael (ed.). *Unemployment and Inflation: Institutionalist and Structuralist Views*. White Plains, M. E. Sharpe, 1979.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Emprego e Geração de Renda no Brasil (Ensaio)*. São Paulo, FIPE/IPEA/BID, 1985.
- CAIN, Glen. The Challenge of Segmented Labor Market Theories to Orthodox Theory: A Survey. *Journal of Economic Literature*, 14 (4):1215-1257, 1976.
- CNRH/IPEA. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. Brasília, 1985.
- CUNHA, Paulo Vieira da. A Organização dos Mercados de Trabalho: três conceitos alternativos. *Revista de Administração de Empresas*, 19 (1):29-46, 1979.
- DENSLOW, David & TYLER, William. Perspectivas Sobre a Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 13 (3):863-904, dez. 1983.
- GARCIA, Brígida; MUÑOZ, Humberto & OLIVEIRA, Orlandina. *Família y Mercados de Trabajo: Un Estudio de dos Ciudades Brasileñas*. México, El Colégio de México/UNAM, 1983.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da Renda e Pobreza Entre as Famílias no Brasil, de 1980 a 1983. *Revista de Economia Política*, 5 (3):50-60, julho/set. 1985.
- _____. *A Pobreza no Brasil: Análise dos Dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980*. Trabalho apresentado no VI Encontro Brasileiro de Econometria. São Paulo, 1984.
- INFANTE, Ricardo. *Características Estruturais dos Mercados de Trabalho Urbanos*. Brasília, 1985 (mimeo).
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE – ILO. *Employment, Incomes and Inequality: a Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*. Geneva, 1972.
- JATOBÁ, Jorge. *Urban Poverty, Labor Markets and Regional Development: the Case of Brazil*. The University of Wisconsin, Madison, 1986.
- _____. (ed.) *Emprego no Nordeste: 1950-1980. Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Massan-

- gana, 1983.
- MARSHALL, Ray F.; KING, Allan G. & BRIGGS, Vernon Jr. *Labor Economics: Wage, Employment and Trade Unionism*. 4ª ed. Homewood, I11, Irwin, 1980.
- McNULTY, Paul. *The Origins and Development of Labor Economics: a Chapter in the History of Social Thought*. Mass., The MIT Press, 1980.
- MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem no Nordeste: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1976 a.
- _____. *Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras de Pernambuco*. Recife UFPE, 1976 b (mimeo).
- MELLO E SOUZA, Alberto *et alii*. *Setor Informal: Origens, Características e Dimensões*. Rio de Janeiro, FGV/IEAE, 1982.
- MORLEY, Samuel A. *Labor Markets and Inequitable Growth: the Case of Authoritarian Capitalism in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- OSÓRIO, Carlos; GOMES, Gustavo M. & IRMÃO, José F. *Recessão e Desemprego nas Regiões Brasileiras*. Recife, Massangana, 1985.
- PAIVA, Paulo. *Fifty Years of Population Growth and Labor Absorption in Brazil: from 1950 to 2000*. Paper prepared for the Conference on Population Growth and Labor Absorption in the Developing World. Bellagio, 1984.
- PASTORE, José. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- _____; ZYLBERSTAJN, Hélio & PAGOTTO, Carmen. *Mudança Social e Pobreza no Brasil, 1970-1980*. São Paulo, FIPE/Pioneira, 1983.
- SOUZA, Paulo Renato. Emprego e Renda na Pequena Produção Urbana no Brasil. *Estudos Econômicos*. 11 (1):57-82, mar. 1981.
- SOUZA, Aldemir & ARAÚJO, Tarcisio. *Setor Informal no Nordeste: Significado e Evolução Recente*. Recife, PIMES, 1984 (mimeo).
- TOKMAN, Víctor. *The Informal Sector: Fifteen Years After*. Paper presented at the Conference on the Comparative Study of the Informal Sector. Harper's Ferry, West Virginia, 1986.
- _____. La Influencia del Sector Informal Urbano Sobre la Desigualdad Económica. *El Trimestre Económico*. XLVIII (4), No. 192:931-964, out./dez. 1981.
- _____. Las Relaciones entre los Sectores Formal e Informal: una explicación sobre su naturaleza. *Revista de la CEPAL*, 1978.

(Originais recebidos em fevereiro de 1987. Revistos pelo autor em dezembro de 1987).